

Teori Albino Zavascki*

Juiz do Tribunal Regional Federal - 4ª Região

Professor de Direito Processual Civil- UFRGS

1. Tutela Específica e Tutela Substitutiva dos Direitos

Quando se fala em tutela de direitos, não se pode deixar de ter presente a célebre afirmação de Chiovenda, segundo a qual é função do processo dar a quem tem direito tudo aquilo e precisamente aquilo a que tem direito (¹). Nessa linha de entendimento, a própria atividade do Estado na área jurisdicional somente poderá ser considerada plenamente exitosa quando for capaz de gerar, no plano dos fatos, resultados semelhantes aos que decorreriam do cumprimento natural e espontâneo das normas jurídicas. Daí dizer-se que o sistema ideal de processo é o que dispõe de mecanismos aptos a produzir ou induzir a concretização das normas jurídicas mediante o cumprimento da obrigação pela entrega da prestação efetivamente devida, da prestação *in natura*. E quando isso é obtido, ou seja, quando se propicia, judicialmente, ao titular do direito, a obtenção de tudo aquilo e exatamente daquilo em que consiste o objeto de seu direito, há prestação de tutela jurisdicional específica.

Desse modo, a tutela do direito por execução genérica, ou seja, mediante prestação substitutiva - que, no geral das vezes, é representada por equivalente em dinheiro -, deve ficar restrita apenas àquelas situações em que não for realmente possível alcançar o

* Texto básico de palestra proferida no XVII Seminário Nacional da Propriedade Intelectual, promovido pela Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, Porto Alegre/RS, 30/09/1997.

¹ Giuseppe Chiovenda, "Instituições de Direito Processual Civil", trad. de J. Guimaraes Menegale, São Paulo, Saraiva, 1969, I/46.



* Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 08/05/2003.

ZAVASCKI, Teori Albino. Tutela Jurisdicional da Propriedade Industrial. **Ajuris**, v. 24, n. 71, p. 70-80, nov. 1997.

atendimento da prestação *in natura*. Deve ser a exceção, e não a regra ⁽²⁾. Em outras palavras, pode-se afirmar que o grau de eficácia de um sistema processual é inversamente proporcional ao grau de utilização da tutela substitutiva: ele será tanto maior quanto menor for essa, e vice-versa.

Essas premissas conceituais não de se fazer presentes quando se examina, como agora se faz, a nova disciplina da propriedade industrial, estabelecida na Lei nº 9.279, de 14-05-96, cuja garantia e proteção tem aval constitucional (art. 52, inc. XXIX - "a lei assegurará aos autores de eventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País"). Ora, muito pouca efetividade terão, no mundo dos fatos, os novos institutos previstos pelo legislador se não forem instrumentados com mecanismos de natureza processual aptos a garantir ou, se necessário, a impor coativamente o seu efetivo cumprimento. Já dizia o Código Civil - em dispositivo que, desprezado por certa corrente de doutrina, vem tendo sua importância resgatada pela moderna processualística - que "a todo o direito corresponde uma ação, que o assegura" (art. 75).

2. Natureza dos Direitos de Propriedade Industrial

Conforme dispõe o art. 3º da Lei nº 9.279/96, "consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, os direitos de propriedade industrial". É sabido que esta equiparação não pode ser entendida de modo absoluto, mas com as devidas adequações, impostas pela natureza das coisas. Não seria imaginável, por exemplo, aplicar à propriedade industrial o sistema de transferência da propriedade dos bens móveis, que, como se sabe,

². Crisanto Mandriou, *"L'esecuzione Forzata in Forma Specifica"*, Milano, Giuffrè, 1953,

ocorre pela simples tradição. Todavia, no que se refere à essência de sua estrutura, a propriedade industrial e a propriedade móvel são semelhantes: trata-se, ambos, de direitos absolutos, isto é, direitos que impõem um dever universal (*erga omnes*) de observância.

A natureza de direito absoluto da propriedade industrial fica perfeitamente identificada, entre outros, nos seguintes dispositivos da Lei nº 9.279, de 1996: "Art. 42 - A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com estes propósitos: I - produto objeto de patente; II - processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado. III - Ao titular da patente é assegurado ainda o direito de impedir que terceiros contribuam para que outros pratiquem os atos referidos neste artigo." Essas disposições aplicam-se não apenas à patente, como também ao desenho industrial (art. 109, parágrafo único).

No que se refere às marcas e às indicações geográficas, há disposições normativas semelhantes: "Art. 129 - A propriedade da marca adquire-se pelo registro validamente expedido, conforme as disposições desta lei, sendo assegurado ao titular do seu uso exclusivo em todo o território nacional...."

"Art. 182 - O uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de "serviço estabelecido no local..."

Como se percebe, os direitos de propriedade industrial têm, como contrapartida, uma obrigação de não fazer. A prestação específica consiste, essencialmente, em não fazer uso da propriedade industrial alheia sem o consentimento do titular. A lesão, portanto, como ocorre nos direitos reais, "consiste sempre num fato positivo, o que não se verifica inevitavelmente com o direito pessoal" ⁽³⁾. Que mecanismos oferece

p.25.

³ Criando Gomes, "Direitos Reais", 2ª ed" Rio de Janeiro, Forense, tomo 1º, p. 14.

nosso sistema para tutelar, de modo específico, direito dessa natureza?

3. Tutela Específica dos Direitos de Propriedade Industrial

Conforme tivemos oportunidade de afirmar, em estudo sobre antecipação da tutela (⁴), o Código de Processo, em sua versão primitiva, apresentava-se longe do modelo ideal, eis que notoriamente destituído, em grande número de situações, de meios eficientes de prestar tutela específica das obrigações de fazer e de não fazer (que consistem em comportamento omissivo ou comissivo do obrigado). Os mecanismos disponíveis eram, ou de eficácia limitada, ou restritos a apenas algumas daquelas obrigações. Relativamente às obrigações de não fazer - que são, por natureza, infungíveis, já que a prestação específica consiste exatamente no comportamento omissivo a ser adotado pelo próprio obrigado -, não havia, em nosso ordenamento processual, mecanismo que inibisse, satisfatoriamente, o evento lesivo. Ao credor ameaçado apresentava-se, como alternativa única, buscar tutela mediante sentença de natureza condenatória, que, quando proferida, após toda a liturgia de uma ação de conhecimento, provavelmente já seria inútil, pela anterior consumação da lesão.

A falta de mecanismo adequado para obter a tutela específica, nos mencionados casos, recomendava a doutrina a utilização, ainda que sem observância da melhor técnica, a ação cautelar inominada, com invocação dos arts. 798 e 799 do CPC. Dizia-se, com razão, que "qualquer escrúpulo desse gênero seria como a hesitação, em ministrar ao enfermo o remédio que comprovadamente lhe melhora o estado, só porque nas indicações da bula não se designa a enfermidade pelo nome cientificamente correto" (⁵). A recomendação, pelo que mostrou a

⁴ Teori Albino Zavascki, "Antecipação da Tutela", São Paulo, Saraiva, 1997, p. 137.

⁵ José Carlos Barbosa Moreira, "A Tutela Específica do Credor nas Obrigações Negativas", "Temas de Direito Processual - Segunda Série", São Paulo, Saraiva, 1980, p.43.

experiência forense, foi adotada em parte, com alguma sutileza adicional: ante a ameaça de inadimplemento de obrigações de não fazer, utilizou-se, com frequência, a via da ação declaratória (para, com o aparente objetivo de obter certificação da existência e do conteúdo da obrigação, buscar, na verdade, provimento que induzisse o réu a assumir comportamento compatível com a obrigação declarada), acompanhada ou antecedida de ação cautelar "inominada", esta destinada a antecipar efeitos da tutela de conhecimento, como, por exemplo, a expedição de ordem de abstenção.

Com o advento da Lei nº 8.952, de 13-12-94, o panorama foi substancialmente modificado: sem eliminar os mecanismos de tutela já existentes, deu-se nova redação ao art. 461 do CPC, em cujo *caput* ficou estabelecido que "na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o Juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento".

E, nos termos do § 1º, "a obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer, ou se impossível a tutela específica, ou a obtenção do resultado prático correspondente". Para tornar possível a prestação da tutela específica, o legislador conferiu ao Juiz poderes para "impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito" (§ 4º). Estabeleceu, mais ainda, que, "para a efetivação da tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente poderá o Juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a busca e apreensão, remoção de pessoas ou coisas, desfazimento de obras, inadimplemento de atividade nociva, além da requisição de força policial" (§ 5º).

A nova redação do art. 461 do CPC, importado, praticamente

ipsis litteris, do art. 84 da Lei nº 8.078, de 11-09-90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), trouxe, como se percebe, inovações expressivas, todas inspiradas no princípio da maior coincidência possível entre a prestação devida e a tutela jurisdicional entregue. A notável valorização que se deu à busca da tutela específica está acentuada, sobretudo, nos dispositivos que conferiram ao Juiz uma espécie de "poder executório genérico, habilitando-o a utilizar, inclusive de ofício, além dos mecanismos "nominados" nos §§ 4º e 5º, outros mecanismos de coerção ou de sub-rogação "inominados, que sejam aptos a induzir ou a produzir a entrega *in natura* da prestação devida ou de seu sucedâneo prático de resultado equivalente.

Não se limitou o legislador, porém, a dotar o sistema processual de meios para promover a satisfação específica do titular do direito. Preocupou-se, também, em fazer com que tal prestação seja entregue em tempo adequado, mesmo que antes da sentença, caso isso se mostre necessário a manter a integridade do direito reclamado. Conforme dispôs o § 3º, "sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao Juiz conceder a tutela liminarmente, ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

Há, aqui, reproduzida, a possibilidade de antecipação de efeitos da tutela, já prevista como medida universal do procedimento comum, pelo art. 273 do CPC. A reiteração, aparentemente supérflua, justifica-se, no entanto, por uma peculiaridade que deve ser remarcada: a importante função de salvaguarda da prestação específica que a medida assumirá em se tratando de cumprimento de obrigações de não fazer. Com efeito, já observamos que nosso sistema anterior não dispunha de mecanismo eficiente a garantir tutela específica para obrigações negativas sob ameaça de lesão. Consistindo tal espécie obrigacional em

comportamento omissivo do obrigado (não fazer, tolerar um fato, permitir um ato ou um comportamento de outrem), a sua tutela específica, como anotou Barbosa Moreira, "tem sempre em vista o *futuro*, é essencialmente *preventiva*. (...) Ela pressupõe, no caso de prestação instantânea, que a lesão ainda não haja ocorrido; nos de prestação permanente e de trato sucessivo, ou que não haja ocorrido, ou, *pelo menos*, que ainda esteja em *ato*, ou seja possível a reiteração.

"A outorga de tutela ao credor estará justificada, no primeiro, pelo perigo de lesão, apurável à vista das circunstâncias, que indicam achar-se o devedor *na iminência* de praticar o ato proibido (exemplo: o atleta que se obrigou a não participar de determinada competição esportiva começa a treinar para ela e consente que se anuncie a sua participação, ou dá entrevista em que a anuncia ele mesmo); nos outros, pelo mesmo perigo ou pelo fato de, iniciada a lesão, ou praticada uma ou mais vezes, fazerem crer as circunstâncias, respectivamente, que ela se prolongará ou se repetirá. Ali, pedirá sempre o credor uma providência judicial tendente a *impedir* que a ofensa se consume; aqui, dependendo da situação concreta, uma providência tendente a *impedi-la*, a *fazê-la cessar* ou a *evitar-lhe a repetição*.⁽⁶⁾.

Ora, por mais ágeis que sejam os procedimentos ordinários destinados à outorga dessa espécie de tutela preventiva em caráter definitivo, haverá sempre um razoável intervalo de tempo entre o pedido e a sentença, de modo que são enormes as possibilidades de ocorrer lesão do direito no curso do processo, fato que comprometeria a prestação da tutela específica, tão valorizada pelo art. 461. Fazia-se indispensável, destarte, a agregação de mais esse mecanismo previsto no § 3º, que, para afastar riscos de ineficácia (entre eles, o do rompimento da obrigação no curso do processo), permite ao Juiz conceder a tutela em caráter liminar.

Assim, além de prever meios executórios de coerção e de sub-rogação para atender o direito de modo específico, e não por sucedâneos, previu o legislador mecanismo para que a tutela jurisdicional chegue ao seu destinatário em tempo hábil.

Embora uma interpretação puramente literal possa sugerir que o único meio de coerção para o cumprimento da tutela provisória antecipada seja o previsto no § 4º do art. 461 (multa diária), não há dúvida de que o Juiz está autorizado a valer-se, também, dos demais mecanismos, inclusive dos "inominados", previstos no § 5º. Não fosse assim, ter-se-ia presente, outra vez, uma insuficiência de meios coativos para gama enorme de situações. É que a multa diária é mecanismo de coerção talhado para induzir o cumprimento de obrigação *positiva* que esteja sendo violada, de coagir a realização de uma ação a ser desenvolvida: a multa incide imediatamente, acumula-se dia a dia e somente cessa com o advento da prestação. No caso de obrigação negativa, porém, ocorre fenômeno exatamente inverso, pois o que se visa é a não-ocorrência da ação, ou seja, o meio coativo deve induzir a uma omissão. Não há sentido lógico em utilizar, para esse fim, o instrumento da multa "diária". A coerção pecuniária mais adequada, nestes casos, será a cominação também de multa, mas com outra natureza: terá que ser multa de valor fixo, que não incidirá imediatamente, mas apenas se houver violação da obrigação, ou seja, apenas se houver ação. Nesse caso, a multa diária poderia ser imposta com a finalidade não de evitar a lesão (que já ocorreu), mas de fazer cessar o ato lesivo, impedindo seu prosseguimento ou sua reiteração.

Em outras palavras: a multa diária é mecanismo que induz prestação de obrigação já violada; a multa fixa, ao contrário, supõe obrigação apenas ameaçada de violação. Embora se trate, ambas, de meio de coerção patrimonial, as duas espécies de multa são instrumentos

⁶ José Carlos Barbosa Moreira, cit., p. 34.

executórios substancialmente diferentes, seja quanto ao seu valor, seja quanto ao modo de atuar. Figure-se, como exemplo, a hipótese de atleta obrigado a não participar de determinada competição esportiva e que ameaça fazê-lo. A multa adequada a induzir o comportamento devido será não a multa "diária", mas a de valor fixo, que, em caso de antecipação da tutela, há de ser cominada invocando-se o § 5º do art. 461, e não o § 4º.

Esses novos instrumentos são, como não poderia deixar de ser, inteiramente aplicáveis para tutelar, de modo específico, os direitos da propriedade industrial. Dispõe, com efeito, o art. 207 da Lei nº 9.279, de 1996, que, "independentemente da ação criminal, o prejudicado poderá intentar as ações que considerar cabíveis na forma do Código de Processo Civil".

Ademais, como mecanismo para tutela dos direitos contra a ameaça ou a continuidade da violação, ficou estabelecido, no § 1º do art. 209, que "poderá o Juiz, nos próprios autos da ação, para evitar dano irreparável ou de difícil reparação, determinar liminarmente a sustação da violação ou de ato que a enseje, antes da citação do réu, mediante, caso julgue necessário, caução em dinheiro ou garantia fidejussória". Já no § 2º do mesmo artigo se dispôs que "nos casos de reprodução ou de imitação flagrante de marca registrada, o Juiz poderá determinar a apreensão de todas as mercadorias, produtos, objetos, embalagens, etiquetas e outros que contenham a marca falsificada ou imitada". Todas essas medidas, que têm natureza antecipatória, se destinam a prestar tutela específica do direito violado ou ameaçado.

4. A Tutela Substitutiva Reparatória

Não sendo possível prevenir a lesão dos direitos de propriedade industrial, prevê a lei seja prestada tutela substitutiva, representada por perdas e danos. É o que dispõem o art. 44 ("ao titular da patente é assegurado o direito de obter indenização pela exploração

indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente"), e, de maneira genérica, os arts. 208 e 209, incluídos na indenização os lucros cessantes "determinados pelo critério mais favorável ao prejudicado, dentre os seguintes: I - os benefícios que o prejudicado teria auferido se a violação não tivesse ocorrido; ou II - os benefícios que foram auferidos pelo autor da violação do direito; ou III - a remuneração que o autor da violação teria pago ao titular do direito violado pela concessão de uma licença que lhe permitisse legalmente explorar o bem" (art. 210). O prazo de prescrição da ação indenizatória é de cinco anos (art. 225).

5. Ações de Nulidade e as Medidas Antecipatórias

Outra forma de tutela dos direitos de propriedade industrial é a da ação de nulidade. A Lei nº 9.279, de 1996, considera nula a patente de invenção e de modelo industrial (art. 46), e nulo o registro de desenho industrial ou de marca (art. 112), concedidos em desacordo com os seus dispositivos. Sempre que isso ocorrer, dispõem o interessado e o próprio Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI de "ação de nulidade". _ ação de competência da Justiça Federal, já que o INPI, que é autarquia federal, ou figurará como autor, ou como assistente do autor (art. 57).

A peculiaridade do procedimento é, além do prazo de sessenta dias para resposta do réu (art. 57, § 1º), a possibilidade de o Juiz, "preventiva ou incidentalmente, determinar a suspensão dos efeitos da patente, atendidos os requisitos processuais próprios" (art. 56, § 2º). A ordem de suspensão tem, evidentemente, natureza de antecipação da tutela, e "os requisitos processuais próprios" outros não são senão os do art. 273 do CPC, ou seja, verossimilhança do direito, fundada em fatos devidamente comprovados ("prova inequívoca") e situação de risco de dano irreparável ou de difícil reparação (inc. I), ou abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório.

Antecipar tutela não é antecipar a sentença. É, isto sim, antecipar efeitos executivos que decorrem da sentença, ou, em outras palavras, é antecipar efeitos que possam provocar mudanças ou impedir mudanças no plano da realidade. Antecipar a tutela, portanto, não é antecipar a declaração de nulidade ou a desconstituição da patente ou do registro. É antecipar efeitos que essa declaração de nulidade ou essa desconstituição, porventura decretadas pela futura sentença, operarão no mundo dos fatos. A esses efeitos práticos denominamos, genericamente, efeitos executivos *lato sensu*.

Não se estranhe que efeitos executivos decorram de ações declaratórias ou desconstitutivas. Conforme acentuamos no estudo já referido (⁷), efeitos executivos decorrem não apenas das sentenças condenatórias, mas, igualmente, das constitutivas e mesmo das simplesmente declaratórias. É que toda e qualquer sentença contém, pelo menos, a eficácia (*negativa*) de impor ao vencido comportamento - omissivo ou comissivo - adequado ao preceito que dela decorre. Essa eficácia negativa pode ser antecipada, o que se efetiva mediante ordens de abstenção. Hipótese típica desta espécie de medida antecipatória é esta do art. 56, § 211, da Lei nº 9.279, de 1996.

6. Tutela Jurisdicional no Âmbito do Mercosul

A integração dos Países do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL supõe, como aliás constou do art. 1º do Tratado de Assunção, necessidade de harmonizar as respectivas legislações. Mais que isso, é necessário criar mecanismos de cooperação que viabilizem, de modo o mais eficaz possível, a tutela dos direitos. Passos importantes estão sendo dados neste sentido. Assim, pelo "*Protocolo de Las Leñas*", assinado em 27-06-92 e aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 55 ("DJ", de

⁷ "Antecipação da Tutela", cit., p. 84.

28-05-95), os Estados-Partes do MERCOSUL comprometeram-se "a prestar assistência mútua e ampla cooperação internacional em matéria civil, comercial, trabalhista e administrativa" (art. 1º). Ficou garantida igualdade de tratamento processual, de modo que "os cidadãos e os residentes permanentes de um dos Estados-Partes gozarão, nas mesmas condições dos cidadãos e residentes do outro Estado-Parte, do livre acesso à jurisdição desse 'Estado para a defesa de seus direitos e interesses" (art. 3º). Ficou, também, estabelecida forma ágil para o cumprimento, por parte das autoridades jurisdicionais de cada país, das cartas rogatórias expedidas pelas autoridades dos demais Estados-Partes, objetivando diligências de simples trâmite (citações, intimações, notificações, etc.) ou de coleta de provas (Capítulo IV). Convencionou-se, igualmente, que as próprias sentenças e os laudos arbitrais de um país serão executadas, quando necessário, perante a autoridade de outro dos países do MERCOSUL mediante o procedimento ágil da carta rogatória, dispensado o processo - mais formal e mais demorado - previsto para a homologação de sentenças estrangeiras. Estes novos procedimentos, já integrados à legislação brasileira, receberam aval de legitimidade do Supremo Tribunal Federal (⁸).

Outro passo importante no sentido de tornar efetiva a tutela dos direitos no âmbito do MERCOSUL foi o "Protocolo sobre Medidas Cautelares", firmado em Ouro Preto, em 16-12-94, aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 192 ("DJ", de 18-12-95). Quebra-se, com ele, a antiga e tradicional orientação do Direito brasileiro, segundo a qual "as cartas rogatórias executórias são insuscetíveis de cumprimento no Brasil" (⁹). Atos executórios determinados por autoridade judiciária estrangeira somente podem ser cumpridos no Brasil se provindos de sentença definitiva (nunca de medida provisória, fundada em decisão interlo-

⁸ Agravo Regimental em Carta Rogatória nº 7.618-8, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, "DJ", de 09-05-97.

⁹ Min. Xavier de Albuquerque, em voto no Supremo Tribunal Federal, "RTJ", 93/ 519.

cutória), devidamente homologada pelo Supremo Tribunal Federal, em procedimento contraditório formal, estabelecido nos arts. 215 a 224 do Regimento Interno daquela Corte, exigindo-se, inclusive, prova do trânsito em julgado (art. 217, 1º).

No âmbito do MERCOSUL, esta situação está, agora, inteiramente modificada pelo Protocolo acima referido, que regulamenta "o cumprimento de medidas cautelares destinadas a impedir a irreparabilidade de um dano em relação às pessoas, bens e obrigações de dar, de fazer ou de não fazer" (art. 1º). Fica evidenciado, pelo exame sistemático do texto do Protocolo que o conceito de medidas cautelares nele adotado tem sentido amplo, englobando não apenas as medidas de garantia do processo (medidas cautelares em sentido estrito), como também as medidas antecipatórias. Realmente, tais medidas são as solicitadas em processos ordinários, de execução, especiais ou extraordinários, de natureza civil, comercial, trabalhista e em processos penais, quanto à reparação civil" (art. 211), bem assim as "preparatórias, incidentais de uma ação principal e as que garantam a execução de uma sentença" (art. 3º). A admissibilidade da medida cautelar será regulada pelas leis e julgada pelos Juizes do Estado requerente (art. 5º), e executadas pelos Juizes do Estado requerido (art. 6º), mediante carta rogatória (art. 18), procedimento esse mais ágil do que o adotado para a homologação de sentenças estrangeiras. Aliás, o Protocolo estabeleceu, de modo expresso, que "não será aplicado no cumprimento das medidas cautelares o procedimento homologatório das sentenças estrangeiras" (art. 19). O nível de cooperação assumiu tal grau de profundidade que permite aos Juízes e Tribunais do Estado requerido julgar "as modificações que no curso do processo se justificarem para seu correto cumprimento e, se for o caso, sua redução ou sua substituição. (art. 7º).

No Brasil, como se sabe, o cumprimento das cartas rogatórias e a execução das sentenças estrangeiras dão-se perante a Justiça Federal,

após o *exequatur* ou a homologação (art. 109, X, da Constituição), pelo Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, *h*, da Constituição).

Portanto, no âmbito do MERCOSUL, as sentenças e todas as demais medidas cautelares ou antecipatórias destinadas a assegurar os direitos de propriedade industrial podem ser executadas perante autoridade judiciária de outro país, mediante procedimento de mais agilidade e menos formalidades, o que concorrerá, sem dúvida, para elevar o nível de proteção de tais direitos, acentuando a garantia de segurança jurídica indispensável ao processo de integração econômica.

7. Conclusão

Em síntese conclusiva, podemos afirmar que o Direito brasileiro oferece bons mecanismos processuais para a tutela dos direitos de propriedade industrial, seja para assegurar, execução específica, prevenindo a lesão, seja para impedir a continuidade da lesão já iniciada, seja para reparar os danos decorrentes dos ilícitos. E, no âmbito do MERCOSUL, estão sendo promovidos avanços significativos na harmonização dos procedimentos destinados a garantir a eficácia extraterritorial das sentenças e das decisões provisórias com caráter executivo. Resta-nos esperar que as pessoas encarregadas de manejar este sofisticado instrumental - Juízes e advogados - saibam retirar dele os melhores resultados.